

**GIOVANA CUNHA COMIRAN**

# **Os Usos COMERCIAIS**

**DA FORMAÇÃO DOS TIPOS À INTERPRETAÇÃO  
E INTEGRAÇÃO DOS CONTRATOS**

**QUARTIER LATIN**

**GIOVANA CUNHA COMIRAN**

*Advogada. Doutora em Direito Comercial  
pela Universidade de São Paulo (USP).  
Mestre em Direito Privado pela Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).*

## **Os Usos COMERCIAIS**

### **DA FORMAÇÃO DOS TIPOS À INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS CONTRATOS**

Editora Quartier Latin do Brasil  
São Paulo, primavera de 2019  
quartierlatin@quartierlatin.art.br  
www.quartierlatin.art.br

## SUMÁRIO

Agradecimentos.....	9
Apresentação por Judith Martins-Costa.....	15
Prefácio por Erasmo Valladão.....	19

### Introdução, 23

#### I. Premissas, 33

1. Contexto histórico do tratamento dos usos no sistema legal brasileiro recente: o Código Civil Brasileiro e a unificação parcial da disciplina do direito privado obrigacional.....	35
2. A disciplina dos usos no sistema legal brasileiro atual.....	42

#### II. Os Múltiplos Significados e as Diferentes Dimensões dos Usos, 74

3. Distinções e aproximações fundamentais: as diferentes acepções sobre as práticas comerciais de interesse jurídico .....	49
3.1. Os usos particulares ou práticas das partes.....	53
3.2. Regras costumeiras .....	61
a) Teoria tradicional.....	63
b) Teoria da escola histórica (pandectista).....	65
c) Teoria jurisprudencial .....	67
d) Resumo das ideias e os três problemas fundamentais.....	72
3.3. Usos comerciais.....	76
3.3.1. Esclarecimento preliminar: usos do local, usos do setor, usos profissionais, usos do comércio, usos do tráfico, usos consensuais e usos regra .....	78
3.3.2. Os usos comerciais compreendem cláusulas de estilo, contratos-tipo, glossários, mas não são só isso.....	80
3.3.3. Usos convencionais (interpretativos) vs. usos-regra (prescritivos ou obrigatórios) .....	81
3.3.4. Críticas à dicotomia .....	92
4. Usos como fenômeno poliédrico. A natureza jurídica e as diferentes dimensões funcionais dos usos .....	106
4.1. A possibilidade de prescrição de condutas pela atuação dos usos comerciais.....	111
4.1.1. A geração espontânea de usos comerciais é suficiente para justificar sua prescritividade? .....	111
4.1.2. A atuação dos usos mediante formação de modelos jurídicos.....	117
4.1.3. O princípio da confiança como orientador dos modelos jurídicos fundados em usos comerciais.....	121
4.2. Usos comerciais são fato ou são norma?.....	137

4.3. Diferentes funções desempenhadas pelos usos comerciais .....	141
-------------------------------------------------------------------	-----

### **III. Os Usos como Formadores de Tipos Contratuais, 149**

5. A noção de tipo jurídico e a formação de tipos sociais de contratos.....	151
5.1. Os modelos contratuais como tipo jurídico: o tipo jurídico-estrutural e tipo-frequência .....	152
5.2. Os usos como standardizadores e renovadores do sistema contratual: os tipos sociais de contrato entre a tipicidade social, a tipicidade legal e a atipicidade .....	161
5.3. Usos comerciais e tipos sociais de contratos entre a espontaneidade e as forças do mercado: a força das instituições setoriais .....	168
6. Os usos comerciais como regramento jurídico de contratos socialmente típicos .....	177
6.1. Em busca do regramento jurídico dos contratos socialmente típicos. Qualificação dos contratos, o método tipológico e os índices de tipo .....	177
6.2. A circulação de modelos contratuais e a sua adaptação entre o regramento usual e o nacional .....	191

### **IV. Os Usos na Interpretação e na Integração (ou Interpretação Integrativa) dos Contratos Mercantis, 203**

7. O papel dos usos na interpretação e na integração dos contratos.....	205
7.1. O processo de interpretação e de integração dos contratos .....	206
7.2. O papel dos usos na interpretação e na integração em alguns modelos normativos .....	216
7.2.1. Usos na CISG .....	217
7.2.2. Usos nos Princípios do UNIDROIT .....	223
7.3. As regras clássicas de interpretação e os usos no Código Comercial de 1850... ..	226
7.4. Critérios para a aplicação dos usos na interpretação e na integração de contratos .....	229
7.4.1. Os usos se aplicam por presunção .....	232
7.4.2. Pré-compreensão: necessidade de uma pré-qualificação do contrato e a interpretação e integração pelos usos.....	234
7.4.3. Âmbito de aplicação dos usos. Análise das circunstâncias e padrão do homem ativo e probo .....	238
7.4.4. Possibilidade de exclusão da aplicação dos usos por disposição contratual. ..	242
7.4.5. Prevalência da vontade. Regra de solução de conflito entre usos e práticas das partes .....	245
7.4.6. Boa-fé e usos comerciais .....	247
7.4.7. Aplicação dos usos em decorrência de remissão legal .....	251
7.4.8. Diferença entre a integração pela lei dispositiva e pelos usos.....	253

8. Os usos na sua dupla função interpretativa e integrativa. Análise de julgados brasileiros.....	256
8.1. Esclarecimento do significado segundo os usos .....	256
8.2. Usos em suas funções prescritivas .....	267
8.2.1. Usos como integradores de lacunas volitivas .....	270
8.2.2. Usos indicadores da formação do vínculo .....	280
8.3. A questão da prova dos usos comerciais.....	283
8.4. Proposta para a funcionalização da interpretação e da integração dos contratos conforme os usos no sistema legal brasileiro atual.....	294

### **Síntese Conclusiva, 297**

### **Referências, 303**